



Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023

Ilm.^a Sr.^a Presidente da Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Prof.^a Mercedes Bustamante

Escrevo-lhe na condição de Presidente da Sociedade Astronômica Brasileira (SAB) para levar ao seu conhecimento um problema que está afligindo os pesquisadores da área que represento. Informo que as linhas gerais dessa carta foram discutidas por uma comissão de pesquisadores composta por membros da SAB de diversas regiões e instituições brasileiras.

A grande área do conhecimento classificada como Astronomia pelo CNPq possui quatro grandes revistas científicas exclusivas, todas elas qualificadas como Qualis A1 pela Capes. São elas: o *Astronomy & Astrophysics (A&A)*, o *Monthly Notices of the Royal Astronomical Society (MNRAS)*, o *Astrophysical Journal (ApJ)* e o *Astronomical Journal*. As demais revistas exclusivas da área possuem Qualis menor.

Todas essas quatro principais revistas estão ativas no portal Periódicos da Capes. Ainda assim, normalmente seus artigos costumam ser disponibilizados gratuitamente pelo portal ADS da NASA ou distribuídos em versão preprint pelo servidor ArXiv.org.

Os astrônomos brasileiros costumam publicar nas quatro revistas, pois o prestígio delas na comunidade internacional favorece a disseminação da ciência feita em nosso país. Dentre as 4 supramencionadas, a mais popular para nós é a MNRAS, pois seu modelo de financiamento era largamente baseado em assinaturas da revista. Em outros termos, a MNRAS trabalhava com o conceito de *green Open Access (OA)*, de modo que os autores não precisavam pagar os custos da publicação. A figura abaixo ilustra o quão popular a MNRAS é para a astronomia brasileira.

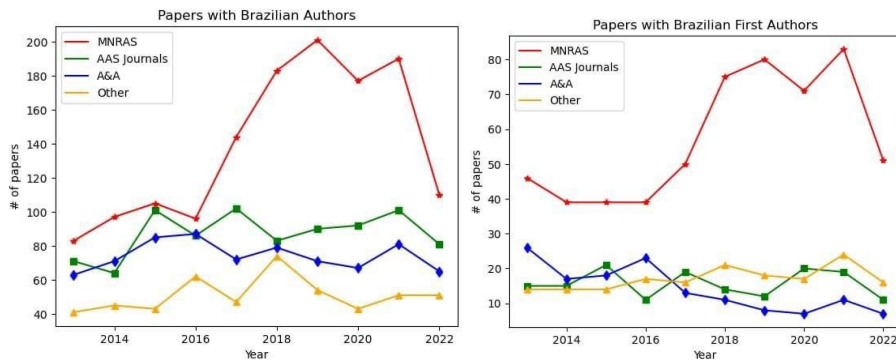


Figura: Número de papers publicados com autores brasileiros (painel esquerdo) e com autores brasileiros como primeiros autores (painel direito). Crédito: Rogemar Riffel

Infelizmente o modelo de financiamento da MNRAS terá de mudar, por exigência das leis europeias. A revista passará a trabalhar com o modelo gold OA e anunciou que a partir de janeiro de 2024 trabalhará com um valor de APC de 2300 libras por publicação. Esse valor é muito superior ao próprio salário de um professor, que dirá de um estudante de pós-graduação. Ainda, é um valor muito alto para ser financiado inclusive pelas pós-graduações brasileiras da área, mediante o uso de verba PROAP ou PROEX.

Como pode ser visto na figura da página anterior, a grande maioria dos artigos na área de Astronomia nos últimos anos foram publicados na MNRAS. Isso se deveu à uma combinação dupla: a ausência de page charges nessa revista e sua qualificação no estrato A1. Graças a isso, a astronomia brasileira ganhou maior visibilidade internacional, nossos pesquisadores tiveram mais possibilidades de competir por bolsas e projetos de pesquisa nos quais a publicação em Qualis A é considerada fator decisivo, e nossos estudantes de mestrado e doutorado lograram publicar seus primeiros artigos — o que não seria tão factível se precisassem todos garantir financiamento para as page charges. O modelo de financiamento usado anteriormente pela MNRAS permitia que pesquisadores e programas de PG situados em estados com Fundações de Amparo à Pesquisa menos atuantes pudessem prosseguir publicando, diminuindo a desigualdade de seus departamentos em comparação a outros mais consolidados. Acreditamos que esse elenco de motivos esclarece o porque consideramos que as perspectivas da área de Astronomia no Brasil tornam-se dramáticas a partir de janeiro de 2024.

Acreditamos que a adoção de modelos gold OA por parte das revistas científicas esteja causando problemas similares em diversas áreas do conhecimento. Consideramos que a CAPES já esteja ciente do problema geral e comece a se mover para buscar soluções. O valor dos APCs exige que a solução seja negociada em nível nacional, sob o risco de afetar boa parte da produção científica brasileira e do investimento na internacionalização dos grupos de pesquisa caso a falta de recursos financeiros impeça a publicação de artigos de brasileiros em jornais de impacto. Por conseguinte, gostaríamos de pedir seu apoio e compreensão, pois julgamos que a área da Astronomia, — por seu tamanho mais reduzido frente a outras áreas do conhecimento, e pela natureza mais internacional de seus trabalhos, — possibilite uma forma mais simples para resolver a questão.

Das quatro grandes revistas que mencionamos, a única que trabalha com um modelo *subscribe to open* é a Revista A&A da EDP sciences. Durante algum tempo, o Brasil chegou inclusive a figurar como *sponsor* dessa revista, pois o Observatório Nacional usou parte de seu orçamento para pagar pela sua subscrição até meados de 2010. Durante esse período, os artigos de todos os pesquisadores brasileiros enviados à A&A não pagavam *page charges*. O valor dessa anuidade oscilou em torno de 25 mil euros. A *sponsorship* foi encerrada em 2013 porque o Observatório Nacional não tinha mais como arcar com essa despesa, que estava dimensionada para incluir o Brasil inteiro. Na América Latina, atualmente, apenas a Argentina e o Chile possuem *subscriptions* ativas com a A&A. Notamos que o valor da anuidade do A&A, se mantido no nível de 2013, ainda seria inferior ao pagamento de APCs de todos os artigos brasileiros atualmente publicados em um ano.

Além disso, tomamos conhecimento da existência de uma nova revista, com modelo de financiamento *green OA*. Seu nome é Open Journal of Astrophysics (OpJA; <https://astro.theoj.org/>) com parâmetro de impacto similar ao da MNRAS. Tão logo soubemos da mudança no modelo de financiamento da MNRAS, instruímos nossa comunidade a buscar publicar na OpJA. Contudo, essa revista não possui um JCR, apesar de seu editor já tê-lo requisitado à Clarivate há dois anos (essa informação foi-nos passada pelo próprio editor em um email ao ex-presidente da SAB, Prof. Reinaldo Ramos de Carvalho). Por não possuir JCR, a OpJA não figura no Qualis. E justamente por não figurar, nossa comunidade não se sente validada para publicar seus resultados nesta revista, pois temem que os artigos não contarão para seus PPGs ou para suas carreiras nos editais do CNPq.

Com base nessas considerações, cientes das restrições orçamentárias e ao mesmo tempo zelosos com o futuro da Astronomia no Brasil, propomos a seguinte série de medidas que poderá garantir tanto a internacionalização de nossa pesquisa e a publicação de artigos de nossos alunos, quanto a consolidação de nossos grupos de pesquisa existentes nos estados com FAPs pouco atuantes:

1. A área de Astronomia não pode ficar sem acesso à publicação em pelo menos um dos quatro principais periódicos da área. Isso representaria um desastre para a área, diminuindo seu impacto e deixando-a menos competitiva em projetos internacionais. Dessa forma, solicitamos que a Capes negocie com a EDP sciences o retorno ao patrocínio da A&A com o modelo *subscribe to open*, já que este é o único periódico que oferece esse modelo de publicação. Desta forma, todos os pesquisadores da área de Astronomia poderiam publicar sem custo em pelo menos uma revista de alto impacto. Caso não haja recursos para o custeio desse patrocínio, sugerimos como alternativa que os valores atualmente usados no portal Periódicos na área de Astronomia sejam revertidos para o patrocínio à A&A. Como mencionado anteriormente, a maioria dos artigos na área já são abertos à comunidade astronômica brasileira, devido à existência do portal ADS da NASA e dos preprints no ArXiv (é prática de nossa comunidade o uso extensivo desse recurso). Ademais, os novos artigos dessas revistas que migraram para o modelo gold OC passarão a ser abertos. Em suma, o portal Periódicos não terá tanto uso para a área da Astronomia. Na ausência de recursos, é mais vantajoso para nosso futuro que esse recurso seja usado no patrocínio de uma revista Qualis A1.
2. Solicitamos a inclusão do OpJA no Qualis. Esta inclusão no Qualis representa um importante passo, ainda que não suficiente, para a avaliação dos programas de pós-graduação e competição em projetos internacionais da

área. Para qualificar a produção científica dos programas de pós-graduação, o CA-Física/Astronomia considera o parâmetro de impacto dos periódicos, que ainda não foi computado pela Clarivate para o OpJA. Nossa solicitação é que outros parâmetros desta revista sejam considerados. Uma vez que o OpJA esteja no Qualis, poderá ser uma revista viável para a publicação dos astrônomos brasileiros, já que não cobrará APC destes.

3. Por fim, a médio e longo prazo, somos favoráveis à uma reestruturação do modelo de Qualis pela Capes. Notamos que parte do problema decorre do prestígio conferido internamente pela Capes às revistas de maior impacto. Contudo, esse impacto é averiguado por métricas instituídas pelas próprias editoras tradicionais. Isso deixa de lado algumas iniciativas green OA, como no caso da OpJA, bem como dificulta o surgimento de novos modelos de distribuição de resultados científicos.

Esperamos que essas ponderações tenham conseguido expor adequadamente nossas preocupações e vontade de buscar soluções que sejam as melhores para a ciência brasileira.

Com os melhores votos,

Atenciosamente

Helio J. Rocha-Pinto
Presidente da Sociedade Astronômica Brasileira